

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ESO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Joanna Angélica Siqueira de Oliveira

**ANÁLISE DA DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA NO BRASIL:
AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO NAS CAPITALS**

MANAUS-AM

2023

JOANNA ANGÉLICA SIQUEIRA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA NO BRASIL:
AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO NAS CAPITALS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação Acadêmica em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador: Prof.^a Dr. Antônio Gelson de Oliveira Nascimento
Coorientador: Prof.^a Dr. Salomão Franco Neves**

MANAUS/AM

2023

RESUMO

Este artigo estuda a desigualdade socioeconômica nas capitais brasileiras a partir da análise das condições de vida das suas populações residentes. Tomando como suposto de que essa desigualdade é reflexo de aspectos multicausais foi selecionado um conjunto de variáveis, provenientes dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, do PNUD e DATASUS/MS, que pudessem dar conta das reais condições sociais e econômicas e, ao mesmo tempo, apontar quais fatores são mais evidentes na desigualdade observada entre as 27 capitais do Brasil. Para isso, foram criados índices de condições de vida, focalizando diversos aspectos da vida social e econômica das pessoas residentes nessas localidades, que foram sintetizados e um Índice Global de Desigualdade Socioeconômica (IGDSe) que permitiu analisar comparativamente as reais condições sociais e econômicas da população brasileira. Os resultados foram suficientes para demonstrar que as desigualdades são persistentes nas cidades mais pobres do país. As capitais da Região Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) e Vitória/ES ocuparam lugar de destaque no ranking da desigualdade socioeconômica brasileira, com menores níveis de desigualdade, ao passo que nas capitais das Regiões Norte e Nordeste, foram encontradas aquelas cidades com maiores níveis de desigualdade.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Desenvolvimento Econômico 2. Desigualdade. 3. Disparidades Regionais

ABSTRACT

This article studies socioeconomic inequality in Brazilian capitals based on the analysis of the living conditions of their resident populations. Taking as an assumption that this inequality is a reflection of multicausal aspects, a set of variables was selected, from the Demographic Censuses of 2000 and 2010, by PNUD and DATASUS/MS, which could account for the real social and economic conditions and, at the same time, to point out which factors are most evident in the inequality observed among the 27 capitals of Brazil. For this, indices of living conditions were created, focusing on various aspects of the social and economic life of people residing in these locations, which were synthesized and a Global Index of Socioeconomic Inequality (IGDSe) that allowed a comparative analysis of the real social and economic conditions of the population. Brazilian. The results were enough to demonstrate that inequalities are persistent in the country's poorest cities. The capitals of the South Region (Curitiba, Florianópolis and Porto Alegre) and Vitória/ES occupied a prominent place in the ranking of Brazilian socioeconomic inequality, with lower levels of inequality, while in the capitals of the North and Northeast Regions, those cities with higher levels of inequality.

KEY WORDS: 1. Economic Development 2. Inequality 3. Regional Disparities

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|--|
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| DATASUS | Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde |
| MS | Ministério da Saúde |
| HRDC | <i>An Index of Social Health by Human Resources Development Canada</i> |
| UF | Unidade Federativa |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 MATERIAIS E MÉTODOS | 8 |
| 2.1 FONTE E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS | 8 |
| 2.2 MÉTODOS | 9 |
| 3 A MATRIZ DA DESIGUALDADE | 14 |
| 3.1 DESIGUALDADE SOCIAL E ECONÔMICA NO BRASIL | 15 |
| 4 DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA NAS CAPITAIS BRASILEIRAS | 19 |
| 4.1 AS CONDIÇÕES SOCIAIS DOS RESIDENTES NAS CAPITAIS BRASILEIRAS | 19 |
| 4.2 AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DOS RESIDENTES NAS CAPITAIS BRASILEIRAS | 20 |
| 4.3 CONTEXTO GLOBAL DE DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA NO BRASIL | 22 |
| 4.4 CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS | 24 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 26 |
| REFERÊNCIAS | 27 |

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico de algumas nações vem acompanhado de uma redução na distribuição de ativos e como resultado, o acesso a oportunidades (Resende et. al, 2014) que acarretam privações de capacidades (SEN, 2008). A desigualdade de renda tem muitos impactos nas variáveis socioeconômicas que se relacionam diretamente com o nível de renda familiar e como é distribuída. Dessa forma, a desigualdade ganhou relevância a partir dos últimos censos de 1960-1970, no pós período militar, devido ao crescimento expressivo da desigualdade (Barros e Mendonça, 1995).

Dito isso, o Brasil se encontra entre as maiores economias do mundo IBGE (2022). No entanto, a partir de 2015, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) declarou que o Brasil voltava a aparecer no mapa da fome. Atualmente, conforme o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, o Brasil apresentou mais de 33 milhões dos seus residentes não têm o que comer, representando assim, mais de 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Segundo os estudos, mais da metade (58,7%) da população residente no Brasil vive em estado de insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave (GUEDES, 2022).

Dessa forma, percebe-se que o Brasil é um país muito rico, porém desigual e concentrador, constatado a partir do seu desenvolvimento histórico, econômico e social, na qual as regiões brasileiras ao longo dos anos tiveram crescimento desequilibrado. Tais disparidades regionais respondem sistematicamente às principais causas de desigualdade no Brasil (Barros e Mendonça, 1995).

Mediante ao desenvolvimento econômico e histórico do país muitos estados foram colonizados e desenvolvidos mais cedo e/ou priorizados comercialmente dentre os outros, assim, é visível a diferença de tamanho de população, riqueza e concentração, pois segundo Hirschman (1958) o desenvolvimento econômico não ocorre simultaneamente, tendendo a se concentrar em um ponto no qual se inicia. Portanto é fundamental estratégias essenciais para dinamizar o crescimento em todas as unidades federativas.

Diante desse cenário, a vantagem de identificar os reais problemas que implicam na desigualdade socioeconômica é focar nas possíveis resoluções. Com isso, o presente estudo procura responder os seguintes questionamentos: Qual o nível de desigualdade socioeconômica existente entre capitais brasileiras? Qual a evolução da desigualdade entre as capitais? Qual a capital brasileira mais desigual? E a menos desigual? Qual a capital mais desigual socialmente? E economicamente?

É possível mensurar e analisar a equidade de diversas formas, pois as desigualdades se repetem na história pelo fato de que os grupos sociais, de certas localidades, de gênero específico terão mais chances de sucesso do que de indivíduos reais ao meio da sociedade (Kertsnetzky, 2002). Em paralelo, Haddad (2009) propõe a medição do grau de prosperidade de um país ou região, por meio de fluxos, tais como de produção ligados ao PIB per capita, fluxo de consumo e investimento de rendimentos (renda per capita) ocorridos, geralmente durante o ano.

Por sua vez o presente estudo, busca analisar a desigualdade socioeconômica que vai além dos indicadores de renda, como o PIB, que segundo Osberg e Sharpe (1998) mede apenas a renda comercializada e não leva diretamente em consideração o valor agregado às futuras gerações e ou ligadas ao bem-estar em si, mas sim fornecer dados apenas de mudanças nas atividades cíclicas no âmbito geral (OFFER, 2000).

Em virtude disso, o presente estudo tem por objetivo analisar comparativamente a desigualdade socioeconômica existente entre as capitais brasileiras nos censos demográficos de 2000 e 2010, de forma a determinar os níveis de desigualdade entre as capitais partindo de estudos internacionais como de Offer (2000) e Osberg e Sharpe (2002), os quais utilizam de cálculos de indicadores gerais para mensurar a condições de vida dos residentes.

Assim, o primeiro tópico do estudo aborda fonte metodológica e tratamento de dados, além dos cálculos utilizados para gerar o Índice Global de Desigualdade Socioeconômica (IGDSe). Nos seguintes tópicos 2 e 3 apresenta a discussão teórica acerca de identificar as origens da desigualdade no Brasil através da história econômica e social das regiões, além de abordar o processo de desenvolvimento econômico das regiões com objetivo de analisar a origem e as disparidades entre regiões brasileiras. No tópico 4 encontram-se os resultados expostos através de tabelas, cálculos e gráficos das dimensões. No último tópico evidencia as considerações finais e as referências para o presente estudo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 FONTE E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

O objetivo geral deste estudo foi de mensurar a desigualdade socioeconômica no Brasil por meio de um método quantitativo-descritivo. Para isto, foram selecionadas variáveis que compõem as dimensões econômica e social. São variáveis censitárias que permitem mostrar as reais condições de vida dos residentes nas capitais brasileiras.

Desse modo, foi possível calcular um Indicador Global de Desigualdade Socioeconômica (IGDSe), por meio da elaboração de um índice sintético capaz de identificar as condições desiguais de vida da população das capitais em análise. O IGDSe foi elaborado a partir de um conjunto de variáveis organizadas por nível de agregação dos indicadores que compõem as duas dimensões selecionadas, social e econômica, como se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1- Quadro metodológico do Índice Global de Desigualdade Socioeconômica, segundo dimensão, indicador variável e fonte de dados.

| Dimensão | Indicador | Variável (i) | Fonte dos Dados |
|-----------|----------------|--|------------------------------|
| SOCIAL | Moradia | % da população em domicílios com água encanada | PNUD/IBGE |
| | | % da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada | PNUD/IBGE |
| | | % de pessoas em domicílios com energia elétrica | PNUD/IBGE |
| SOCIAL | Educação | % da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 | PNUD/IBGE |
| | | % de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo | PNUD/IBGE |
| | | % de 18 anos ou mais de idade com ensino médio completo | PNUD/IBGE |
| SOCIAL | Saúde | % de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo | PNUD/IBGE |
| | | Taxa de analfabetismo % | PNUD/IBGE |
| | | Esperança de vida ao nascer | PNUD/IBGE |
| ECONÔMICA | Renda | Núm.nasc.vivos mães 10-14anos por Ano segundo Capital | DATASUS |
| | | Taxa de Mortalidade infantil | PNUD/IBGE |
| | | Atendimento PRÉ-natal por ano | DATASUS |
| ECONÔMICA | Macroeconômico | Renda per capita (domiciliar) (+) | PNUD |
| | | Índice de Gini | PNUD |
| | | PIB Per capita (+) | DATASUS- censo (2000 - 2010) |
| ECONÔMICA | Macroeconômico | Taxa de desemprego (PIA e/ou População econ. ativa)(-) | |
| | | Taxa Trabalho de infantil (-) | |
| | | Razão de dependência | |

É importante destacar o esforço empreendido na busca por dados mais recentes para esse empreendimento. Como se pode observar a maior parte das variáveis são informações provenientes de dados censitários do IBGE. Porém, em decorrência da não realização do Censo Demográfico de 2020 algumas variáveis de interesse não foram atualizadas, por isso optou-se em utilizar as informações para todas as variáveis, de 2000 e 2010, provenientes da base de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) do Ministério da Saúde (MS) em virtude da maior disponibilidade e padronização das informações de interesse desta pesquisa.

2.2 MÉTODOS

O IGDSe trata-se de um indicador composto por duas dimensões: social e econômica. Cada uma dessas dimensões permite avaliar as condições de vida da população observada, tanto social quanto economicamente. A dimensão social incorpora indicadores de condições de moradia, educação e saúde ao passo que a dimensão econômica é formada por indicadores que permitem observar o comportamento da

distribuição e concentração de renda, bem como as condições macroeconômicas mensuradas por meio da situação do PIB per capita, do emprego e da razão de dependência da população de referência observada.

O Índice Global de Desigualdade Socioeconômica (IGDSe), foi calculado com base em estudos internacionais de Osberg e Sharpe (1998, 2002 e 2009) e Saltzman (2003) que utilizaram a Técnica de Escalonamento Linear (LST) para padronizar o alcance de uma variável. Com isso, o valor estimado foi realizado para valores mais elevados e para valores mais reduzidos que representam um intervalo de uma variável possível para todos os períodos em um ano específico e para os estados, regiões ou capitais de interesse. No entanto, para calcular a desigualdade socioeconômica, foi feita uma adaptação no modelo dos autores, conforme se pode observar nas notações a seguir.

No modelo proposto por Osberg e Sharpe (1998, 2002 e 2009), se uma elevação de uma variável corresponde a um aumento na desigualdade, a linearização segue a formulação abaixo:

$$V = \frac{MÁX - Valor}{MÁX - MÍN} \quad (1)$$

Por outro lado, se uma elevação de uma variável corresponde a uma redução da desigualdade, a linearização é dada por:

$$V = \frac{Valor - MÍN}{MÁX - MÍN} \quad (2)$$

Em ambos os casos, o intervalo de valores varia entre 0 e 1. Para este estudo, 0 corresponde ao nível mais alto da desigualdade socioeconômica, ao passo que 1 corresponde ao mais baixo nível.

Esta técnica é comumente utilizada para dimensionar as variáveis em muitos índices, incluindo o seguinte: o Índice de Desenvolvimento Humano produzido pelo PNUD, An Index of Social Health by Human Resources Development Canada (HRDC), o Índice de Liberdade Econômica pela Herança Instituto e Liberdade Econômica produzido pelo Instituto Cato (SALZMAN, 2003).

O estudo aborda variáveis negativas e positivas, observando-se que as negativas, por tenderem a zero, refletem a ideia de $Min = 0$, dessa forma, tenderá a uma maior desigualdade em relação ao nível mais alto (1,0), observado naquelas unidades de referência com melhores condições de igualdade.

Ao se construir um Indicador Global de Desigualdade Socioeconômica, a composição do índice neste estudo incorporou as dimensões sociais e econômicas, a fim

de se calcular os valores escalados para todas as variáveis selecionadas, seguindo os mesmos procedimentos metodológicos desenvolvidos nos estudos internacionais de Osberg e Sharpe (2009) e complementações. Dessa forma, um grupo de variáveis compõem um indicador de condições de vida que foram agregados em uma das dimensões analisadas e, por consequência, essas dimensões sintetizam a desigualdade observada a partir do IGDS*e*.

Para se analisar a dimensão social, o primeiro passo foi realizar o cálculo do Índice de Condições de Moradia (I_{CM}), elaborado conforme a Equação 3.

$$I_{CM} = \frac{I_{ae} + I_{ee} + I_{bae} + I_{dsp}}{N} \quad (3)$$

Ele foi calculado pelo quociente da soma de cada índice normalizado (I_{ij}) para cada variável i , em cada UF j , e o número de observações.

I_{ij} foi calculado por meio das equações 1 e 2, em que um parâmetro estatístico X assume o valor Máximo ou Mínimo (para todo $i=1$ e $n=27$) ao passo que a variável observada é o Valor para cada variável (i) para cada UF j ; $j=1, \dots, n=27$.

As variáveis escolhidas para compor o I_{CM} foi o percentual da população em domicílio com água encanada; percentual de pessoas em domicílios com energia elétrica; percentual de população que vive em domicílios com banheiro e água encanada e o percentual de população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório, calculadas para as 27 capitais e Distrito Federal que após normalizados assumem valores entre 0 e 1; $0 < I_{ij} < 1$.

No segundo momento, para se mensurar as condições da educação (I_{CE}), foi calculado um índice para todas as UFs brasileiras, conforme a Equação 4.

$$I_{CE} = \frac{I_{15F17} + I_{M18+} + I_{S25+} + I_{Anf}}{N} \quad (4)$$

O I_{CE} mede as condições de educação, calculadas pelo quociente da soma de cada índice normalizado (I_{ij}) para cada variável i , de cada UF j e o número de observações das condições analisadas. I_{ij} foi calculado por meio das Equações 1 e 2, em que um parâmetro estatístico X assume o valor Máximo ou Mínimo (para todo $i=1$ e $n=27$), ao passo que a variável observada é o Valor de cada variável (i) para cada UF j ; $j=1, \dots, n=27$.

As variáveis consideradas para compor o I_{CM} foram: o percentual de população 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo; o percentual de população de 18 anos ou mais de idade com ensino médio completo; o percentual de população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo e a taxa de população analfabeta. Todas

as variáveis calculadas para as 27 capitais e Distrito Federal que assumem valores entre 0 e 1; $0 < I_{ij} < 1$.

Para mensurar as condições de saúde (I_{CS}) foi calculado um índice para todas as UFs brasileiras, conforme a Equação 5.

$$I_{CS} = \frac{I_{Evn} + I_{10N14} + I_{Tmi} + I_{Apn}}{N} \quad (5)$$

Este foi calculado pelo quociente da soma de cada índice normalizado (I_{ij}) para cada variável i , em cada UF j , e o número de índices observados. I_{ij} foi calculado por meio das equações 1 e 2, em que um parâmetro estatístico X assume o valor Máximo ou Mínimo (para todo $i=1$ e $n=27$) ao passo que a variável observada é o Valor para cada variável (i) para cada UF j ; $j=1, \dots, n=27$.

As variáveis escolhidas para o compor o I_{CS} foram: a esperança de vida ao nascer (e^0); o número de filhos nascidos vivos de mães de 10 a 14 anos de idade; taxa de mortalidade infantil (óbito de crianças menores de 1 ano de idade/1000 nascidos vivos); o número de atendimento pré-natal. Todas as variáveis calculadas para as 27 capitais e Distrito Federal assumem valores entre 0 e 1; $0 < I_{ij} < 1$.

Após o cálculo dos índices de condições sociais (moradia, educação e saúde), foi calculado o Índice de Desigualdade Social (I_{DS}). Trata-se de um indicador agregado dado pelo quociente entre as condições de moradia, saúde e educação e o número de variáveis observadas para todas as UFs brasileiras, conforme Equação 06.

$$I_{DS} = \frac{I_{CM} + I_{CE} + I_{CS}}{N} \quad (6)$$

O I_{DS} mede a dimensão social e tem por objetivo analisar condições de vida da população residente de cada capital do Brasil.

Em seguida, buscou-se identificar as condições econômicas dessas capitais. Para se analisar a dimensão econômica, foi necessário calcular o Índice de Condições de Renda elaborado conforme a Equação 7.

$$I_{CR} = \frac{I_{Rpd} + I_{IG}}{N} \quad (7)$$

Onde, o I_{CR} mede as condições de renda de uma população observada. Ele é calculado pelo quociente da soma de cada índice normalizado (I_{ij}) para cada variável i , em cada UF j , e o número de índices observados. I_{ij} foi calculado por meio das equações 1 e 2, em que um parâmetro estatístico X assume o valor Máximo ou Mínimo (para todo

$i-1$ e $n=27$) ao passo que a variável observada é o Valor para cada variável (i) para cada UF j ; $j=1, \dots, n=27$.

As variáveis consideradas para compor as condições de renda foram: a renda média domiciliar per capita; Índice de Gini. Todas as variáveis calculadas para as 27 capitais e Distrito Federal que assumem valores entre 0 e 1; $0 < I_{ij} < 1$.

Após mensurar as condições de renda, no segundo momento foi necessário analisar as condições macroeconômicas (I_{CMA}), conforme a Equação 8.

$$I_{CMA} = \frac{I_{ppc} + I_{Td} + I_{Tx} + I_{Rd}}{N} \quad (8)$$

Este índice mede as condições macroeconômicas identificadas em cada unidade de referência. Ele é calculado pelo quociente da soma de cada índice normalizado (I_{ij}) para cada variável i , em cada UF j , e o número de índices observados. I_{ij} foi calculado por meio das equações 1 e 2, em que um parâmetro estatístico X assume o valor Máximo ou Mínimo (para todo $i-1$ e $n=27$) ao passo que a variável observada é o Valor para cada variável (i) para cada UF j ; $j=1, \dots, n=27$.

As variáveis selecionadas para compor as condições macroeconômicas foram: o PIB per capita; taxa de desemprego (%); taxa de trabalho infantil (%) e a razão de dependência total¹. Todas as variáveis calculadas para as 27 capitais e Distrito Federal que assumem valores entre 0 e 1; $0 < I_{ij} < 1$.

Após o cálculo dos indicadores de todas as condições econômicas, foi elaborado o Índice de Desigualdade Econômica a partir do quociente das condições de renda e macroeconômicas e o número dessas condições observadas para todas as UFs brasileiras, conforme Equação 9.

$$I_{DE} = \frac{I_{CR} + I_{CMA}}{N} \quad (9)$$

O I_{DE} mede a dimensão econômica em cada uma das unidades de referência analisadas e tem por objetivo identificar as condições econômicas de vida da população residente comparativamente entre as capitais do Brasil.

¹ Razão de Dependência é a Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade. (DATASUS/IBGE) Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/a16.pdf>> Acesso em: 08/03/2023.

Por fim, após calcular os Índice de Desigualdade Social e o Econômica, foi construído o Índice Global de Desigualdade Socioeconômica (IGDSe), composto pelas duas dimensões escolhidas (social e econômica) e, finalmente, por meio dele, foi possível analisar comparativamente a desigualdade socioeconômica observada entre as capitais brasileiras, conforme Equação 10.

$$I_{GDSe} = \frac{I_{DS} + I_{DE}}{N} \quad (10)$$

O IGDSe mede as condições socioeconômicas em cada capital do Brasil. Dessa forma, o IGDSe sintetiza as desigualdades presentes nas condições sociais de moradia, educação e saúde, bem como nas condições econômicas de renda e macroeconômicas (PIB, desemprego, e razão de sobrevivência).

3 A MATRIZ DA DESIGUALDADE

Pochmann (2015, p. 17) afirma que “[...] se torna importante identificar como se produz e reproduz os dispositivos geradores da desigualdade. Por meio deles que se pode conceber a existência de uma verdadeira matriz da desigualdade”. Por isso, Godinho (2011), identifica que as desigualdades sociais e econômicas estão presentes na história brasileira desde a colonização europeia, na economia de cada região e no sistema governamental baseado no sistema de classes hierárquicas.

Em virtude disso, as desigualdades são geradas e reproduzidas durante anos da história e acontecem de diversas formas e em grupos sociais por meio da multidimensionalidade, pois a desigualdade assume diversas formas sociais que originam de modo distinto de produzir valores com a exploração, hierarquia, segmentação, exclusão e outros (Therborn, 2010).

Por se originarem de diversas formas e serem reproduzidas durante a história, Barros e Mendonça (1995) em sua obra constrói uma base para mapear os processos de geração e reprodução da desigualdade a partir de uma “corrida” tomando como formar a geração de uma sociedade formada por três elementos:

- a) Participantes e um determinado conjunto de recursos a que cada um dispões (não levando em consideração em números ou se justifica justo o tamanho ou volume de recursos para cada participantes);
- b) bonificação (remuneração salarial dos indivíduos);
- c) regras da corrida. As regras são o parâmetro comportamental de desempenho de cada participante que será avaliado e como será bonificado a partir dos seus resultados conforme a corrida.

Nesse sentido, a desigualdade não surge acidentalmente e sim é construída a partir de um conjunto de relações que perpassam as etapas da vida de uma geração. A corrida da vida, segundo Barros e Mendonça (1995) mostra diversas etapas que se iniciam na infância e adolescências, as quais se constituem de acúmulo de capital intelectual, pois no futuro as competições por bonificações são maiores e mais difíceis, assim necessitam de uma base estruturada para que possam concorrer com os demais.

Para isso, os recursos necessários para que possam acumular capital intelectual são divididos em três formas: o primeiro não existindo recursos públicos e privados; o segundo existindo apenas o recurso público para aprimorar as capacidades dos participantes, Barros e Mendonça (1995) destacam que mesmo havendo distribuição de recursos igualmente, há disparidades pela forma de utilização dos recursos pelo participantes mostrando que há desigualdade de capacidades; e em terceiro a existência de recursos privados que na hipótese aumentam as chances dos indivíduos na corrida, porém conta também com a forma e a capacidade de usar dos recursos privados.

Na competição da vida real, a busca pela bonificação é de certo desproporcional, pois Barros e Mendonça (1995) classificam a corrida da vida como linha de chegada, partindo do princípio que a participação justa é a preparação efetiva do participante e a chegada injusta é originada da discriminação dos integrantes e segmentação dos recursos e oportunidades. Dessa forma, a avaliação final dos participantes mostra a geração da desigualdade com base nas diferenças da preparação dos integrantes desde o início da corrida até a linha de chegada. No fim percebe-se a estrutura descendente de um processo de surgimento da desigualdade a partir de um experimento baseado em uma geração fechada e sem muitos impactos externos, mas que identifica disparidades desde o início na trajetória até o final da corrida.

3.1 DESIGUALDADE SOCIAL E ECONÔMICA NO BRASIL

O conceito de desenvolvimento como um processo de mudanças socioeconômicas logo trouxe desafios de como medir o desenvolvimento (Siedenberg, 2003). Assim, após a segunda guerra mundial, o mundo voltou a atenção para a tecnologia, problemas sociais, custo de riquezas e fatores ecológicos. Da mesma forma em que os países desenvolvidos utilizavam o Produto Interno Bruto (PIB), como indicador econômico para referencial quantitativo de desenvolvimento econômico de uma nação, países emergentes/subdesenvolvidos priorizaram um conjunto de necessidades básicas no sentido de maximizar o PIB para também atingir altos desempenhos anuais e de crescimento econômico na época (OFFER, 2000). Se as taxas de crescimento do PIB e da renda per

capita da região se mantiverem positivas e elevadas por um longo período, pode-se afirmar que foi encontrada uma alternativa de expansão sustentada da sua economia (HADDAD, 2009)

Nesse sentido, a história do Brasil pode ser classificada como a verdadeira origem das desigualdades (NASSER, 2000). A desigualdade ganhou destaque nos anos 1950, por consequência do crescimento industrial nos estados brasileiros dada a forte atuação governamental focalizada no desenvolvimento regional acelerado pela industrialização. Embora o Brasil tivesse muito potencial de crescimento econômico, a economia nacional detinha muitos bloqueios no seu desenvolvimento como o alto grau de desigualdade de renda, social, humana, pobreza e outros (NASSER, 2000).

Para a época da modernização, o início do desenvolvimento brasileiro foi marcado pelo modelo de transição agroexportadora para o modelo industrial enfatizando a necessidade de promover o crescimento do produto e da renda por meio de acumulação de capital e da industrialização na estratégia de substituição de importação (OLIVEIRA, 2002). Não apenas foi marcada por desenvolvimento econômico, mas principalmente das desigualdades regionais, onde o comércio primário concentrava demanda e recursos apenas para algumas áreas no Brasil, tendo o comércio internacional seu maior aliado e principal determinante na dinâmica do mercado interno (NASSER, 2000). Segundo Barros (1997, p. 45), durante o período do “milagre econômico” houve um grande crescimento da demanda por bens de consumo duráveis, que advinha principalmente do consumo da classe média concentrada nas grandes metrópoles do Sudeste e do Sul, atraindo grandes investimentos para essas regiões e levando a uma concentração regional cada vez maior.

A necessidade do Brasil em promover a industrialização e o crescimento econômico ofuscou a visão dos planejadores e dificultou a visualização daquilo que realmente importava no processo de desenvolvimento: a qualidade de vida da população. Por muito tempo foi esquecido que as pessoas são tanto mais importantes quanto o desenvolvimento econômico. O que importa, na verdade, mais do que o simples nível de crescimento ou de industrialização é o modo como os frutos do progresso, da industrialização, do crescimento econômico são distribuídos para a população, de modo a melhorar a vida de todos (OLIVEIRA, 2002).

Os investimentos de recurso em estatais também promoveram um desenvolvimento diferente nas regiões do Brasil, porém nos primeiros anos da década de 80, devido à instabilidade econômica houve quedas de investimentos nas principais áreas, forçando a um processo de desconcentração. Já, a partir da segunda metade dos anos 80,

segundo Barros (1997, p. 57), as empresas foram forçadas pela concorrência resultante do processo de abertura da economia a dar início a um processo de absorção das novas tecnologias. Uma vez que a Região Nordeste possuía a maior escassez relativa de mão-de-obra qualificada, isso explicaria está parada no processo de desconcentração. Devido também ao processo de fuga de capital humano ocorrido no início da década de 1950, cuja geração de empregos em grandes cidades acarretou elevados deslocamentos populacionais (LIMA, et al, 2016).

O debate a respeito das desigualdades regionais brasileiras surge a partir dos anos 1990 quando os efeitos negativos da abertura comercial, produtiva e financeira afetam negativamente a concorrência e estimulam a desconfiança das economias regionais em vista do abalo e desgaste das agências de desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste, que foram obrigadas a redução de gastos públicos e priorizações de empreendimentos produtivos (NETO,2014). As regiões priorizadas passaram a concentrar atividade fabril representando aglomerações econômicas e as demais Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste marcadas por menor valor agregado frente à concorrência interna e externa.

A desigualdade de renda está ligada diretamente a pobreza e a renda média de um país. Além disso, é um componente importante nos debates sociais, pois a pobreza persiste no mundo mesmo com o crescimento da riqueza material, e é explicada pelo número de pobres presentes na nação (CASTELAR, 2013). Para Ribeiro e Cavalcante (2015) a desigualdade de renda é um dos pilares para que se entenda o que pode ser feito para melhorar a qualidade de vida de qualquer país. “A pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas do indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido” (SEN, 1999, p. 109). Diante disso, percebe-se que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, isto é, no Brasil não falta recursos, estes são mal distribuídos e muito concentrados nas mãos de poucos, enquanto a maioria detém o mínimo possível Barros, Henrique e Mendonça (2001) e se caso continue assim sem equidade nas distribuições de seus recursos continuará sendo pobre (Godinho, 2011). As disparidades regionais no país têm sido sistematicamente consideradas como uma das principais causas do elevado grau de desigualdade e, portanto, tem inspirado uma série de políticas visando combater e amenizar suas consequências (BARROS e MENDONÇA, 1995).

As diferenças encontradas nas regiões podem ser visualizadas a partir de indicadores sociais e econômicos como: rendimento domiciliar per capita médio, o qual aponta as regiões Sul (R\$ 1656,00), Sudeste (R\$ 1645,00) e Centro-Oeste (R\$1534,00) como possuidoras de maior renda domiciliar em comparação ao Norte (R\$ 871,00) e

Nordeste (R\$ 843,00) nas quais onde o valor médio domiciliar não chega ao valor do salário mínimo (SIS/IBGE, 2021).

Por outro lado, o Índice de Gini, indicador de contração de renda, das regiões Sul (0,462) e Centro-Oeste (0,514) apresenta indicação de uma menor concentração de renda nas regiões referenciadas anteriormente, atestada a partir da renda domiciliar média, ao passo que Nordeste (0,556) Sudeste (0,533), Norte (0,528) mostraram uma concentração de renda mais elevada, principalmente na região Sudeste que compõem uma dos maiores rendimentos per capita expressa uma concentração maior que o Norte (SIS/IBGE, 2021).

A instabilidade social presente em muitas regiões do Brasil seria atenuada via um crescimento com qualidade (Resende. et al,2014). Dessa forma, o crescimento econômico é uma das variáveis que guarda estreita relação com a pobreza, pois se ocorre crescimento, a tendência é que a pobreza diminua. (Ribeiro e Cavalcante, 2015)

Hoje, após persistência da histórica desigualdade observada, o desenvolvimento econômico de um país passou a agregar fatores sociais, ecológicos e humanos em vez de apenas econômicos. A sustentabilidade social derivada do desenvolvimento sustentável tem por objetivo melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade econômica que diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na diminuição da exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão (Oliveira, 2002). Para Abramovay (2010) o desenvolvimento sustentável é o processo de ampliar continuamente as liberdades sustentáveis dos indivíduos.

Com o Brasil ingressando na área sustentável, desde a realização da RIO 92, as preocupações não apenas com a economia, mas com o meio ambiente, desigualdade social, dentre outros temas, são debatidos e refletidos diariamente no combate e no aprimoramento dos modelos governamentais de desenvolvimento, pois muitos pesquisadores, empresários e associações financeiras renovaram grande interesse nas múltiplas dimensões envolvendo o desenvolvimento regional em busca de proporcionar melhores condições de desenvolvimento em áreas mais miseráveis (Siqueira e Filho, 2001). Desse modo, o desenvolvimento sustentável envolve diversas dimensões a serem analisadas, com a finalidade de garantir a sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 2008).

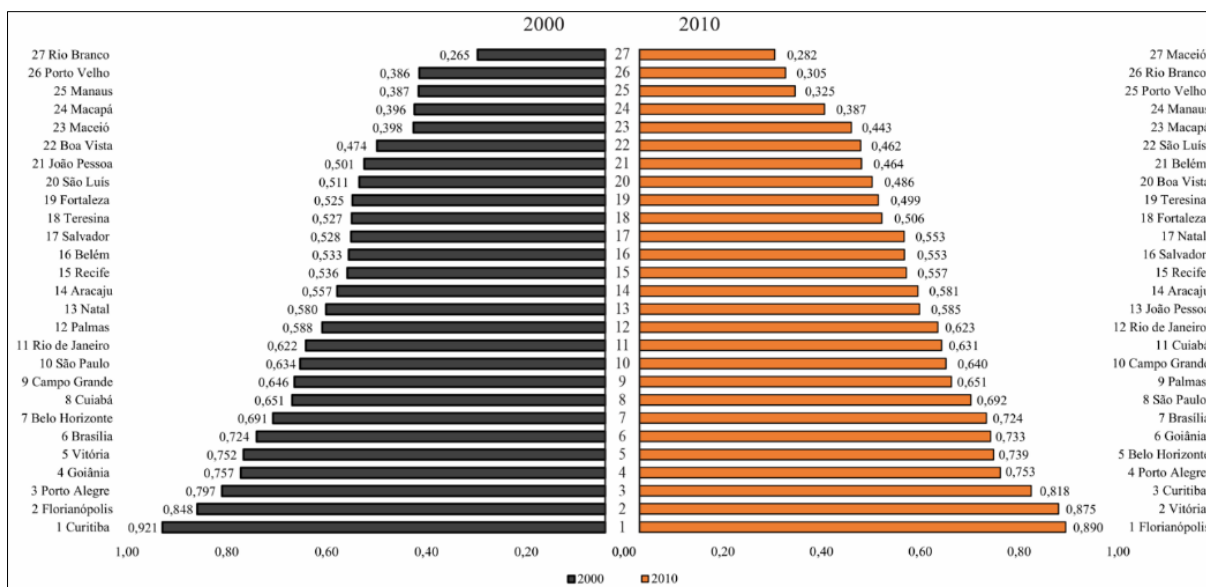
4 DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Serão apresentados, nesta seção, os resultados dos indicadores de desigualdade calculados para cada uma das 27 capitais do Brasil nos anos de 2000 e 2010. Em seguida, esses indicadores serão descritos numa grandeza escalar, por ordem de classificação. Essa classificação foi ordenada, de acordo com a escala de avaliação numérica dos índices entre 0 a 1, em muito alta (de 0,0 a <0,2), alta (0,2 a <0,4), média (0,4 a <0,6) e baixa (0,6 a <0,8) e muito baixa (0,8 a <1,0).

4.1 AS CONDIÇÕES SOCIAIS DOS RESIDENTES NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

As condições sociais de vida da população brasileira foram analisadas por meio de um Índice de Desigualdade Social (IDs), que sintetiza as condições de moradia, educação e saúde. Essas condições assumem importante papel no debate das desigualdades quando presentes na vida da população residente. A análise comparada dessas condições, entre as cidades capitais brasileiras em diferentes períodos de tempo, adquire um peso considerável na compreensão da desigualdade presente nessas cidades e na orientação de políticas sociais focalizadas. Dessa forma, o ranqueamento dos valores observados no índice de desigualdade social mostrou diferenças extremas de desigualdade entre as capitais que podem ser vistas no Gráfico 1.

Gráfico 1- Índice Desigualdade Social, segundo as capitais, Brasil, 2000, 2010



Fonte dos dados básicos: Dados de população e saneamento: IBGE; Atlas do desenvolvimento: PNUD; Mortalidade, Nascidos Vivos e Estabelecimento de saúde: DATASUS.

O IDs revelou que as condições sociais existentes nas capitais brasileiras são muito díspares e persistentes ao longo dos anos. As capitais da Região Sul lideraram o ranking das cidades com menores desigualdades no ano 2000. Curitiba (0,921),

Florianópolis (0,848) e Porto Alegre (0,797) apresentaram melhores condições de moradia, educação e saúde, comparadas às demais capitais. Com isso, seus índices de desigualdade social alcançaram variações consideradas muito baixas ($\geq 0,8$ a $< 1,0$) e baixa ($\geq 0,6$ a $< 0,8$), respectivamente. Se por um lado as capitais sulistas alcançaram os melhores índices sociais, por outro lado as das regiões Norte e Nordeste estão entre as 5 capitais mais desiguais, são elas: Rio Branco (0,265), Porto Velho (0,386), Manaus (0,387), Macapá (0,396) e Maceió (0,398), classificadas (de $\geq 0,2$ a $< 0,4$) em altos níveis de desigualdade. As outras capitais das regiões Centro-Oeste e Sudeste encontram-se classificadas no nível médio ($\geq 0,4$ a $< 0,6$) de condições sociais.

Em comparação aos resultados de 2010, a capital Curitiba, primeiro lugar no ranking em 2000, cai para a terceira posição com (0,818), redução de, aproximadamente, 10 %, ao passo que Florianópolis ascende para o primeiro lugar com (0,890), um aumento de 4% em comparação ao ano 2000. Outra mudança observada foi protagonizada pela capital Vitória que em 2000 ocupava a quinta posição e, passada uma década, em 2010, ocupou o segundo lugar do ranking, após acumular um aumento de 17%, obtendo assim, o bom desempenho resultante de avanços na área de educação, que resultaram na redução do Índice de Desigualdade Social que passou de 0,752 em 2000 para 0,875 em 2010.

Outras capitais como João Pessoa e Palmas, ocupantes da 21^a e 12^a posições no ranking de desigualdade social em 2000, respectivamente, ascenderam para as 13^a e 9^a posições no ano de 2010, mostrando que as regiões Norte e Nordeste também avançaram nas condições sociais nesses 10 anos. Contudo, a maior parte das capitais das regiões Norte e Nordeste continuam nas últimas posições no que concerne a dimensão social, tendo Maceió ocupante do 23^o lugar, em 2000, ao passo que, em 2010, passa a ocupar a última posição do ranking (0,282), o que significa que esta cidade apresentava em 2010 o nível mais alto de desigualdade social entre as 27 capitais do Brasil.

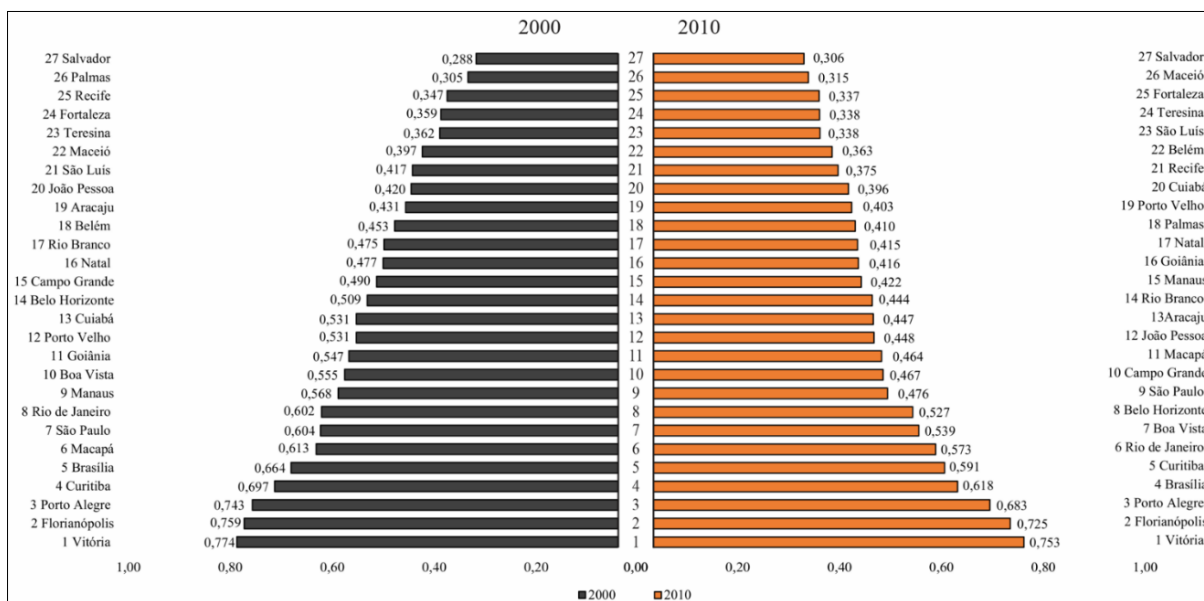
Das 27 capitais, em 2000, apenas duas capitais alcançaram índice de classificação elevado (Curitiba, 0,921 e Florianópolis, 0,848) cuja desigualdade é muito baixa (de $\geq 0,8$ a $< 1,0$). 9 capitais atingiram nível baixo (de $\geq 0,6$ a $< 0,8$). 11 capitais têm desigualdades classificadas (de $\geq 0,4$ a $< 0,6$) baixa. Em 5 capitais o nível de desigualdade observado foi de (0,2 a $< 0,4$), considerado alto. Por outro lado, nos anos 2010, nenhuma das capitais restou classificada como o nível muito alto de desigualdade, contudo, houve redução de 1 quantidade de capitais no nível alto (de 0,2 a $< 0,4$) e aumento de uma capital no nível (0,8 a $< 1,0$) muito baixa desigualdade.

4.2 AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DOS RESIDENTES NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

As condições econômicas de vida da população brasileira foram analisadas por meio de um Índice de Desigualdade Econômica (IDE), capaz de identificar as condições de renda e macroeconômicas. Esses indicadores são importantes para entender e analisar as desigualdades presentes no contexto econômico da vida da população residente em cada uma das cidades capitais brasileiras e em diferentes períodos de tempo.

Dessa forma, foi feito o ranqueamento dos valores e as possíveis diferenças encontradas entre as capitais, vista no Gráfico 2.

Gráfico 2- Índice de Desigualdade Econômica, segundo as capitais, Brasil, 2000, 2010



Fonte dos dados básicos: Dados de população e renda domiciliar: IBGE; Atlas do desenvolvimento: PNUD; dados macroeconômicos; Mortalidade, Nascidos Vivos e Estabelecimento de saúde: DATASUS.

O IDE apontou que, assim como as condições sociais, as condições econômicas nas capitais brasileiras são desiguais e persistentes ao longo dos anos. As capitais da Região Sul, Florianópolis (0,759); Porto Alegre (0,743) e Curitiba (0,697), seguem em 2000 liderando as menores desigualdades, desta feita na dimensão econômica. Os resultados, após ranqueados os índices, colocaram em destaque a capital Vitória (0,774) que se manteve em primeiro lugar, com menores índices de desigualdade econômica, entre as 27 capitais brasileiras. Se as capitais sulistas alcançaram os melhores índices econômicos, por outro lado, as capitais da Região Nordeste estão entre as 5 capitais com os piores índices de desigualdade em 2000 (Teresina, 0,362; Palmas, 0,305; Recife, 0,347; Fortaleza, 0,359; e Teresina, 0,362) e em 2010 (Salvador, 0,306; Maceió, 0,315; Fortaleza, 0,337, Teresina, 0,338 e São Luís, 0,338) classificadas, (de $\geq 0,2$ a $< 0,4$) em níveis de alta desigualdade. As outras capitais das Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste encontram-se classificadas no nível de média e baixa desigualdade econômica.

Observou-se mudanças significativas em algumas capitais no período entre 2000 e 2010. A cidade de Palmas, por exemplo, que em 2000 ocupava a 26ª posição (0,305) e, em 2010, passou a ocupar a 18ª posição (0,410); João Pessoa passou da 20ª posição (0,420) para a 12ª (0,448). Na contramão dessa tendência de redução da desigualdade no período observado a cidade de Manaus apresentou níveis de desigualdade econômica piores nesse período, passando de 0,568, em 2000, para 0,422, em 2010, e com isso saiu da 9ª posição, isto é, entre as 10 cidades menos desiguais e passou a ocupar uma posição que reflete maior índice de desigualdade, na 15ª colocação no ranking dessa desigualdade econômica das capitais brasileiras.

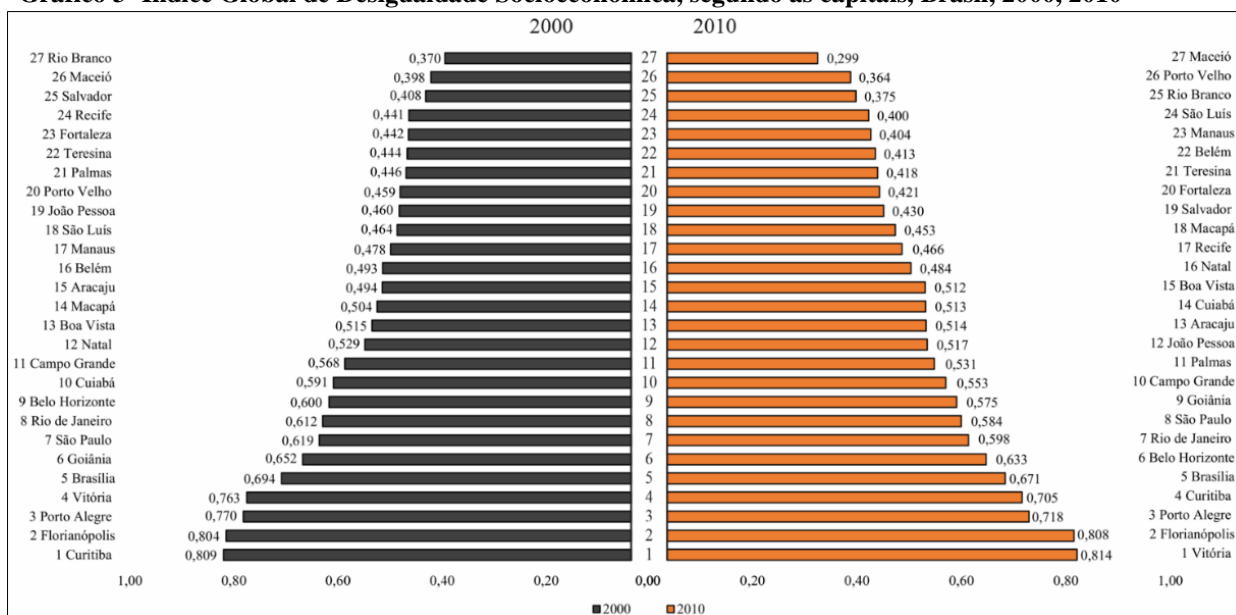
Das 27 capitais, em 2000, nenhuma das capitais alcançou os índices de classificação cuja variação é a muito alta (de $\geq 0,0$ e $< 0,2$); 6 capitais estão classificadas no nível (de $\geq 0,2$ a $< 0,4$) alta; 13 capitais estão classificadas no nível (de $\geq 0,4$ a $< 0,6$) médio; e 8 capitais encontram-se no nível (de $\geq 0,6$ a $< 0,8$) considerado baixo. Por outro lado, nos anos 2010, 8 capitais com desigualdade considerada alta (de $\geq 0,2$ a $< 0,4$); 15 no nível (de $\geq 0,4$ a $< 0,6$) médio e apenas 4 com índice (de $\geq 0,6$ a $< 0,8$) considerado baixo. Em nenhum dos anos foram encontrados valores do indicador de desigualdade econômica muito alta e tampouco muito baixa.

4.3 CONTEXTO GLOBAL DE DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA NO BRASIL

As condições sociais e econômicas foram analisadas por meio do Índice Global de Desigualdade Socioeconômica (IGDSe) que foi capaz de demonstrar o nível de desigualdade socioeconômica vivenciada pelos residentes brasileiros e o desempenho ao longo de 10 anos. Esses indicadores são importantes para entender e analisar as desigualdades presentes no contexto econômico e social da vida da população residente em cada uma das cidades capitais brasileiras e em diferentes períodos de tempo.

Dessa forma, foi feito o ranqueamento dos valores e as possíveis diferenças encontradas entre as capitais, vista no Gráfico 3.

Gráfico 3- Índice Global de Desigualdade Socioeconômica, segundo as capitais, Brasil, 2000, 2010



Fonte dos dados básicos: Dados de população e renda domiciliar e saneamento básico: IBGE; Atlas do desenvolvimento: PNUD; Mortalidade, Nascidos Vivos e Estabelecimento de saúde: DATASUS.

O IGDSe reforça o estudo de que existem disparidades sociais e econômicas entre as capitais brasileiras ao longo dos 10 anos. Tendo em vista disso, a capital que apresenta melhor desempenho, segundo o IGDSe, é Curitiba (0,80), pois lidera também o ranking de melhor condição social em 2000 pelo IDs, explicando que a capital sulista proporciona melhores condições de moradia, saúde e educação. Vale ressaltar que as demais capitais da região Sul e a capital Vitória ocupam as primeiras posições do IGDSe, visto o mesmo em todos os índices calculados no estudo. Se as capitais sulistas e a capital Vitória alcançaram os melhores índices sociais e econômicos, as das regiões Norte e Nordeste, noutro extremo, ocupam as piores posições no ranking de desigualdade global (Fortaleza; 0,442; Recife, 0,441; Salvador, 0,408; Maceió, 0,398; Rio Branco, 0,370).

Em relação aos resultados de 2010, o cenário não muda, as capitais sulistas e a capital Vitória continuam no topo do ranking, tendo a capital Vitória (0,814) ocupando o primeiro lugar no ranking do IGDSe, após o acúmulo de 6%, obtendo assim, o bom desempenho resultante de avanços na área de moradia e saúde, evidenciados nos índices de condições de moradia que mostraram um aumento de (0,94) 2000 para (0,97) 2010 e nos indicadores de condições de saúde que mostraram um aumento de (0,60) 2000 para (0,68) 2010.

É importante destacar a ascensão de algumas capitais da região Norte e Nordeste, tendo a capital Fortaleza ocupando o 20^a lugar, deixando o top 5 dos piores desempenhos; Recife ascendeu para o 17^a lugar e Salvador ocupando o 19^a lugar em comparação a 2000. Contudo, é notório o maior número de capitais das regiões Norte e Nordeste nos últimos lugares do ranking, tendo o top 5 (Manaus, 0,404; São Luís, 0,400; Rio Branco, 0,375;

Porto Velho 0,364; Maceió, 0,299). A capital Maceió ocupante do 26º lugar, em 2000, ao passo que, em 2010, passa a ocupar a última posição do ranking (0,299), o que significa que esta cidade apresentava em 2010 as mais altas condições gerais de desigualdade se comparada com as demais capitais do Brasil.

Portanto, entende-se que as melhores capitais em termos de baixa desigualdade socioeconômica, considerando que todas as dispõem de igual contribuição para o cálculo, são todas as capitais da região Sul (Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis) e a capital Vitória. Em contrapartida, a maior parte das capitais das regiões Norte e Nordeste ocupam os piores lugares do ranking representando os menores resultados do IGDSe.

4.4 CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Os resultados do IGDSe enfatizaram a disparidade regional entre as Regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste em relação as regiões do Norte, Nordeste. No primeiro momento, ao analisar as dimensões social e econômica, os primeiros lugares do ranking são ocupados pelas capitais da Região Sul e Sudeste, que apontam os melhores indicadores, principalmente as condições sociais de todo o Brasil, evidenciando que nessas capitais existam estruturas e investimentos que atendam a população residente em suas necessidades básicas. Contudo, nas Regiões Norte e Nordeste foram encontrados os mais altos níveis de desigualdade entre as 27 capitais, sobretudo, nos indicadores sociais.

Essas disparidades observadas são resultantes de interesses comerciais cíclicos que desenvolveram o Brasil de forma desequilibrada. O resultado das escolhas passadas é visto até hoje pelo alto nível de concentração de renda no país e pela pobreza nas quais muitas regiões se encontram. Barros, Henriques e Mendonça (2000) afirmam que a desigualdade, em particular a desigualdade de renda, é tão parte da história brasileira que adquire fórum de coisa natural. Assim, os efeitos dos primeiros ciclos econômicos motivados pela exportação e o início da industrialização deram chances para as Regiões Sul e Sudeste se desenvolverem e prosperarem tornando-se centros econômicos, sociais e culturas mais importantes do país.

Em consequência disso, visto pelo IGDSe, as Regiões Norte e Nordeste, na história, tiveram protagonismo e espaço nos anos da ditadura quando o modelo desenvolvimentista era pautado na ocupação equitativa dessas regiões como forma de “integrar para não entregar”, conforme Barros (1997, p. 46), por meio do aumento dos investimentos em infraestrutura, iniciado na época do “milagre”. Para este autor isso possibilitou maior ligação entre as diversas regiões do país e teve importante papel para a convergência regional, devendo-se destacar também o importante desempenho das

indústrias extrativas minerais e da agroindústria, que espalharam por todo o território nacional uma grande demanda por bens e serviços anteriormente demandados apenas pelas Regiões Sul e Sudeste.

Ao comparar as primeiras posições do ranking com as demais capitais nos anos 2000, as capitais Curitiba e Florianópolis apresentaram as melhores condições de moradia, sobretudo nos indicadores de saneamento básico, água encanada e maior disponibilidade de energia elétrica. As condições de educação também apresentaram bons desempenhos, em particular os altos índices de crianças e adolescentes que concluíram o ensino fundamental e médio refletindo a importância do conhecimento e os baixos níveis de analfabetismo. Além disso, a capital Porto Alegre e Vitória também apresentaram baixos níveis em dois indicadores de saúde como: taxa de mortalidade infantil e tendo Porto Alegre com a variação mais baixa (1,0), e o percentual de mães adolescentes.

A dimensão econômica apontou duas variáveis significativas para o estudo como: a renda média per capita e o Índice de Gini que validam os resultados encontrados no IDE, pois apresentam todas as capitais da região Sul e a capital Vitória com as maiores rendas médias domiciliares per capita, tendo (Porto Alegre, R\$ 1.397,07; Florianópolis, R\$ 1.379,81; Vitória, R\$ 1.315,74; Curitiba, R\$ 1.219,37) obtendo os mais altos níveis de renda. O Índice de Gini também evidencia as menores concentrações de renda nas capitais Curitiba e Florianópolis (0,55), sobretudo, mesmo com baixa renda média, Manaus e Macapá (0,56) apresentaram um dos menores scores do Índice de Gini em relação ao ano de 2000.

Em 2010, o IGDS se revelou que os primeiros lugares do ranking continuam sendo ocupados pelas capitais da região Sul, Vitória e a capital Brasília, evidenciando o contínuo investimento e preocupação com as condições econômicas e principalmente, sociais. A capital Vitória ocupa o primeiro lugar do ranking com valores significativos nas dimensões sociais, com exceção do indicador de saúde que apresentou o resultado abaixo das outras capitais que representam o top 5 dos maiores resultados em relação a 2010. As capitais da região Sul, Vitória e Brasília também apresentaram em 2010 as maiores renda média per capita domiciliar, tendo (Vitória R\$ 1820,97; Florianópolis, 1770,29; Alegre, R\$ 1722,37; Brasília, 1665,42 e Curitiba R\$ 1536,39). Além disso, o Índice de Gini mostrou que as capitais sulistas (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) continuam com os menores escores, por outro lado a capital Boa Vista também se destacou no ano de 2010 por possui um dos menores escores (0,56) da região Norte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste estudo foi analisar comparativamente as desigualdades existentes nas condições de vida da população brasileira, em específico, das capitais. Uma das maiores dificuldades do presente trabalho foi a identificação das variáveis que se encaixassem para as análises dos aspectos sociais e econômicos presentes na vida da população brasileira nos anos de 2000 e 2010. Dessa forma, o IGDS_e desenvolvido possibilitou detectar uma persistente desigualdade socioeconômicas nas capitais brasileiras, com maior intensidade naquelas historicamente mais pobres.

Os resultados evidenciaram enormes disparidades nas condições sociais vivenciadas pelos brasileiros, com foco nas capitais das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste que possuem os melhores indicadores sociais, ao passo que nas capitais das regiões Norte e Nordeste encontram-se os piores índices de desigualdade social, refletidos nos mais baixos níveis do ranking de desigualdade aqui apresentado o que coloca em evidência negativa as capitais dessas regiões. Além disso, para a dimensão econômica não foi diferente em relação ao posicionamento do ranking social, pois, continuaram as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em destaque e mesmo com realocação de algumas capitais no ranking em comparação aos censos, as capitais do Norte e Nordeste continuam, em evidência negativa, nas últimas posições. Em síntese, as duas dimensões calculadas refletem o Índice Global de Desigualdade Socioeconômica (IGDS_e), que aponta todas as capitais da Região Sul e a capital Vitória como melhores situações em termos de bem-estar socioeconômico, em específico, a Capital Vitória com o menor nível de desigualdade socioeconômico e a capital Maceió com o nível maior de desigualdade socioeconômico entre as capitais no ano de 2010.

Em conclusão, o presente trabalho não teve intenção de esgotar a discussão sobre desigualdade socioeconômica no Brasil, mas o que se pretendeu foi ampliar o debate para o campo do desenvolvimento com equidade e com alcance de contextos sociais ampliados pelos múltiplos aspectos incidentes sobre as condições de vida da população residente nas cidades brasileiras. Também, buscou-se incorporar novos processos metodológicos na análise da desigualdade a partir de novos modelos de análises sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento Sustentável: Qual a Estratégia para o Brasil?** Novos Estudos. Julho, 2010.
- BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUE, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: Retrato de uma estabilidade inaceitável.** Rio de Janeiro. Jun/ 2001.
- BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. **Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais.** Rio de Janeiro. 1997.
- BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. **Os determinantes da Desigualdade no Brasil.** Rio de Janeiro, julho de 1995.
- BRASIL, Guilherme Mungo. **Resenha: Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. Ignacy Sachs.** Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.13, n.2, 2018.
- CASTELAR, Plabo Urano Carvalho; TABOSA, Francisco José Silva; IRFFI, Guilherme Diniz. **Impacto do Crescimento Econômico e da Desigualdade de Renda na Pobreza do Brasil.** Ceará, 2013.
- GUEDES, Aline. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU.** Agência Senado, 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>>
- GODINHO, Isabel Carvalho. **Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais.** Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, CODE 2011. IPEA.
- HADDAD, Paulo R. **Capitais intangíveis e desenvolvimento regional.** Revista de Economia, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez, 2009. Editora UFPR.
- HIRSCHMAN, Albert O. **The Strategy of Economic Development.** Yale University Press, 1958.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Por que se importar com a Desigualdade.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº4, 2002, pp. 649 a 675.
- LIMA, Ana Carolina. C; SIMÕES, Rodrigo; HERMETO, Ana Maria. **Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010.** Setembro, 2016, nº127, vol. 42.
- MATOS, D. J. **Distribuição de Renda: Fatores Condicionantes e Comparação entre Regiões Metropolitanas Pesquisadas pela PED.** Secretaria da Coordenação e Planejamento. Porto Alegre, abril de 2005.
- NASSER, Bianca. **Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.** REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 7, N. 14, P. 145-178, dezembro, 2000.

NETO, Aristides Monteiro. Desigualdades Regionais no Brasil: Características e Tendências Recentes. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 09, jan/ jun. 2014.

OFFER, Avner. **Economic Welfare Measurements and Human Well- Being**. Discussion Paper in Economic and Social History. n. 34. janeiro, 2000.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, Maio/Ago, 2002.

OSBERG, Lars; SHAPER, Andrew. An index of Economic Well-Being for selected OECD countries. **Review of income Wealth**, v 48, n.3, p. 291-316, 2002.

OSBERG, Lars; SHAPER, Andrew. **An index of Economic Well-Being for Canada**. Dezembro, 1998.

POCHMANN, M. **Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 637-649, out./dez. 2010.

REIS, Meiryanny Santana; Nascimento, Antônio Gelson de Oliveira. **A Desigualdade Socioeconômica Intermunicipal no Estado do Amazonas**. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. 2019.

RESENDE, Guilherme; MATA, Daniel; CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata. **O Crescimento Pró-Pobre e Distribuição de Renda das Capitais dos Estados Brasileiros**. Dezembro, 2014.

RIBEIRO, Lilian Lopes; CAVALCANTE, Antônio Jorge Santana. **Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade de Renda no Estado do Ceará entre 2000 e 2011**. Desafio Online, Campo Grande, v. 3, n. 1, jan./abr. 2015.

SALZMAN, Julia. **Methodological Choices Encountered in the Construction of Composite Indices of Economic and Social Well-Being**. Center for the Study of Living Standards, 2003.

SANTOS, J.A.F. **Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015, pp. 79 a 110.

SEN, Amartya. **The Ideal of Justice**, 2009. Harvard.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reemixada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, 1999.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico**. Editora Unijuí. n. 1. jan./jun. 2003.

SIQUEIRA, Tagore Villarim; FILHO, Nelson Fontes Siffert. **Desenvolvimento Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 79-118, dez. 2001.

SÍNTESE de indicadores sociais e econômicos, 2000 e 2010. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Realização PNUD, IPEA e FJP. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>

SÍNTESE de indicadores sociais e econômicos, 2000 e 2010. **Mensuração do estado de saúde da população: Estatísticas Vitais e Mortalidade e nascidos vivos-** TABNET. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>

SÍNTESE de indicadores sociais e econômicos, 2000. **Uma análise das condições de vida da população.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9773>>

SÍNTESE de indicadores sociais e econômicos, 2010. **Uma análise das condições de vida da população.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673>>

SOUZA, Lígia Carla de Lima. et al. **Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM): Um Estudo Sobre o Nível de Sustentabilidade das Capitais Brasileiras.** Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. ENGEMA 2014.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrio Regionais no Brasil.** Análise Econômica. Março de 1993. P 29-59.

THERBORN, Goran. **Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento.** Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, Jul/Dez 2001, p. 122-169.

VIDIGAL, Cláudia Bueno Rocha; KASSOUF, Ana Lucia; VIDIGAL, Vinícius Gonçalves. **Índice de Bem-Estar Econômico: uma Proposta para os Estados Brasileiros.** Análise Econômica, Porto Alegre, ano 35, n. 68, p. 199-229, set. 2017.